



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE

Recife, 08 de novembro de 2016

REF.: Relatório de Resultados e impactos do FNE para o primeiro semestre de 2016.

À Coordenadora-Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento:

1 - OBJETIVO

1. Esta nota técnica tem o intuito de apresentar e analisar o relatório de resultados e impactos do FNE para o 1º semestre de 2016, subsidiando a avaliação pelo Conselho Deliberativo da Sudene dos resultados obtidos e eventuais medidas de ajuste.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO

2. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE é regulamentado pela Lei 7.827/1989. Dentre as atribuições do Conselho Deliberativo (CONDEL) da Sudene, estabelecidas pelo artigo 14, o inciso III determina que o CONDEL avalie os resultados obtidos e determine as medidas de ajuste necessárias.
3. Cabe à Coordenação de Normatização de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento, em articulação com o Ministério da Integração Nacional e ouvida a Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, avaliar os relatórios semestrais sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos. Nesse sentido, apresentamos a seguir os resultados das aplicações do BNB, observando as determinações legais e o objetivo de reduzir as disparidades intra e inter-regionais.

3 – ANÁLISE

4. De acordo com as determinações do Ministério da Integração, a análise é feita seguindo os parâmetros do relatório do Banco. Além de sistematizar os resultados, o objetivo é avaliar em que medida o Banco conseguiu cumprir as determinações legais de aplicação dos recursos do FNE e quais ações poderiam melhorar a eficiência e efetividade.

3.1 - Conjuntura do sistema financeiro brasileiro

5. No âmbito macroeconômico, a continuidade da recessão econômica teve impactos negativos sobre a demanda de crédito. O relatório de estabilidade financeira do Banco Central¹ de setembro de 2016 mostrou desaceleração das operações de crédito, com retração real de 7,2% em 12 meses. A queda foi mais forte nos bancos privados, o que aumentou a participação dos bancos públicos para 56,6% das operações de crédito.
6. O maior risco se refletiu em maiores *spreads*, principalmente nas operações para pessoas físicas, que alcançaram o patamar de quase 60%, ao passo que o *spread* para pessoas jurídicas foi de aproximadamente 18%. Essa conjuntura teve impactos sobre a inadimplência média, que alcançou o patamar de 3% para as empresas, sendo 6,4% para as MPEs e de 0,8% para as grandes empresas.
7. Ou seja, o primeiro semestre de 2016 foi marcado pela retração de crédito, especialmente para pessoas físicas e MPEs, além do crescimento de pedidos de recuperação judicial.
8. Esse resultado é confirmado pelo Boletim do DIEESE sobre o desempenho dos bancos no 1º semestre de 2016². Houve queda de 1% no saldo das carteiras de créditos dos cinco maiores bancos e direcionamento das carteiras para linhas de menor risco (imobiliário, consignado e empréstimos para grandes empresas). A rentabilidade manteve-se entre 9,8% e 20%, atrelada em títulos da dívida pública e tarifas bancárias.
9. Analisando os resultados das aplicações do BNDES, houve redução de 42% no valor desembolsado no primeiro semestre de 2016. A distribuição por setor mantém a predominância de infraestrutura, com 32% (R\$ 12,9 bilhões), indústria com 29,5% (R\$ 11,8 bilhões), comércio e serviços com 21% (R\$ 8,6 bilhões) e agropecuária com 16,6% (R\$ 6,6 bilhões). As grandes empresas respondem por mais de 60% dos empréstimos, enquanto as MPE totalizaram 34%. Analisando a distribuição regional, o sudeste

¹ <http://www.bcb.gov.br/?relestab201609> – último acesso em 20/10/2016

² <http://perna.in/26> - último acesso em 20/10/16

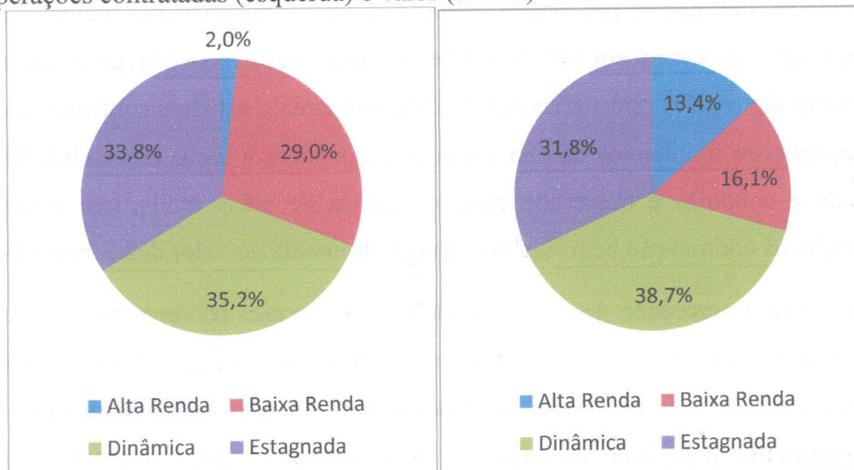
corresponde a 45%, seguido da região sul com 26%, Nordeste com 14%, Centro-Oeste com 9% e Norte com pouco menos de 6%.

10. Assim, observa-se um panorama de retração do crédito do sistema financeiro como um todo, com predominância de empréstimos para empresas de grande porte. Essas características reforçam a concepção de um comportamento pró-cíclico do sistema bancário, com expansão do crédito nos ciclos de crescimento e retração nos períodos de recessão. A atuação de bancos de desenvolvimento é direcionada justamente para contrabalancear essa tendência, visto que o crédito é ainda mais importante nos momentos de crise econômica, principalmente para empresas de menor porte e regiões carentes. A partir desse contexto adverso de concessão de financiamentos, passamos a analisar os resultados obtidos pelo BNB na aplicação do FNE.

3.2 – Aplicações por tipologia de municípios e Estados

11. No primeiro semestre de 2016 foram contratadas mais de 270 mil operações, totalizando pouco menos de 5,4 bilhões em empréstimos, crescimento nominal de 7,3% em relação ao mesmo período de 2015. O índice de inadimplência do Fundo teve média de 3,6%, pouco acima dos 3% para o setor financeiro nacional. Ou seja, **mesmo em um contexto de recessão econômica e retração financeira, o BNB aumentou os financiamentos.**
12. Os gráficos abaixo mostram a distribuição dos recursos por tipologia de município em número de operações contratadas e valor.

Gráficos 1 – Distribuição das contratações por tipologia de município – Quantidade de operações contratadas (esquerda) e valor (direita) – Nordeste – 1º semestre 2016.

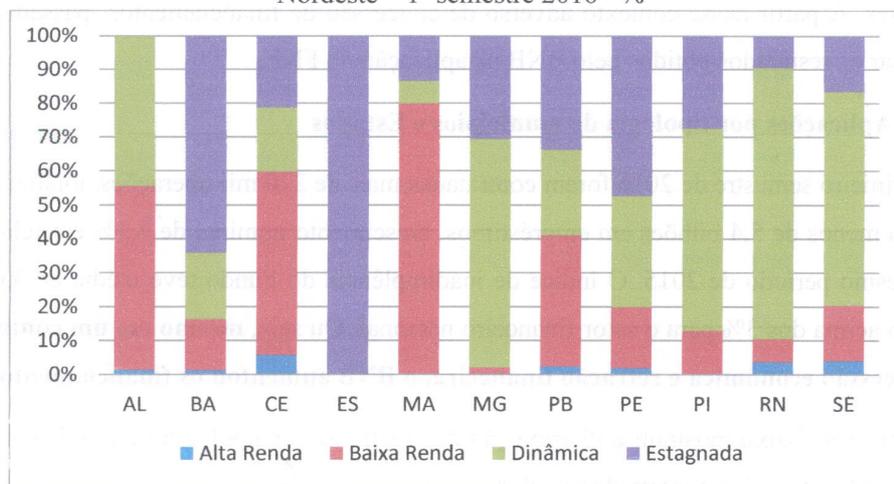


Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016



13. Observa-se que apenas 2% das 270 mil operações foram em municípios de alta renda, correspondendo a 13% do valor desembolsado. Ainda que as áreas de baixa renda representem 29% das operações, elas totalizaram pouco mais de 16% dos recursos, o que denota a predominância de financiamentos de baixo valor. As áreas de baixa renda e estagnadas respondem por 63% das operações contratadas e 47% do valor contratado. A absorção de maior proporção de recursos por municípios de alta renda é um reflexo da maior complexidade econômica, entretanto, cabe ao banco contrabalancear essa tendência natural de concentração econômica.

Gráfico 2 – Distribuição das operações por tipologia do município e por Estado – Nordeste – 1º semestre 2016 - %



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016

14. Analisando as contratações por Estado, observa-se a predominância nas regiões de baixa renda e estagnadas, exceto em MG, RN, PI e SE, onde prevalecem as regiões dinâmicas, que também são regiões prioritárias pela PNDR. Em âmbito estadual confirma-se que as contratações para municípios de alta renda correspondem à parte expressiva do valor contratado e o oposto é observado para as regiões de baixa renda, que apresentam participação na contratação bem superior àquela observada no valor desembolsado.
15. Isso corrobora a percepção de que as regiões mais carentes recebem menos recursos, reflexo da própria estrutura produtiva menos complexa, que implica em menor demanda por financiamento. Neste sentido, **a dinamização da economia nordestina passa necessariamente pelo foco nas regiões com menor renda**, contrabalanceando a tendência de concentração produtiva nas regiões mais dinâmicas. Para tanto, o BNB deve desenvolver ações direcionadas para o incremento do crédito nessas áreas.

A

7 2016



3.3 - Áreas Prioritárias

16. Além da tipologia de microrregiões do PNDR, as áreas prioritárias de atuação do FNE se subdividem em outros quatro grupos: semiárido; mesorregiões, regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e Arranjos Produtivos Locais (APL).
17. No âmbito do semiárido, foram realizadas 181.632 operações, totalizando montante de R\$ 1,97 bilhão, o que representa 76% do valor programado para 2016 e 35% do valor contratado no primeiro semestre de 2016. Ou seja, até o meio do ano o Banco já tinha realizado a maior parte da programação para o semiárido.
18. Para estimular empréstimos na região, o BNB criou em 2010 o programa FNE itinerante, que atende preferencialmente micro e pequenos produtores em especial no setor de comércio e serviços. Em 2016, foram realizados 144 eventos, dos quais 94 em municípios do semiárido. Desde 2010 o banco realizou 677 eventos, sendo 548 no semiárido, o que representa 48% do total de municípios dessa região. Mesmo que o número seja expressivo, **nota-se que mais da metade dos municípios ainda não foi atendida, o que representa uma oportunidade para expansão das atividades do banco. Ademais, é importante averiguar se os municípios visitados em anos anteriores mantiveram os níveis de contratação para avaliar a efetividade do programa e a pertinência de eventuais retornos aos municípios em questão.**
19. Para as mesorregiões, as contratações totalizaram R\$ 1,15 bilhão, o que representa 64,1% do valor programado para 2016. O valor contratado superou 50% em 6 das 7 regiões existentes. Destaque para as regiões da Chapada dos Mangabeiras, com R\$ 420 milhões, Chapada do Araripe, com R\$ 196 milhões, Vales do Jequitinhonha e Mucuri com R\$ 189 milhões e Xingó, com R\$ 195 milhões. Ainda que as mesorregiões façam parte da programação para 2016, **é importante ressaltar que elas deixaram de ser prioridades espaciais para o ano de 2017.** Além disso, é importante considerar que há uma superposição de áreas prioritárias, de modo que o atendimento aos municípios de acordo com a tipologia da PNDR já contempla o acesso ao crédito das mesorregiões.
20. De acordo com a tipologia vigente, existem duas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE): Grande Teresina-Timon e o Polo de Juazeiro e Petrolina. No período de análise foram realizadas 5.247 operações, o que representa o montante de R\$ 171,7 milhões. Ainda que isso represente 57,2% do valor programado, **o relatório do BNB não apresenta dados adicionais sobre os setores beneficiados nem o porte dos**

A

mutuários. Essas informações são estratégicas para avaliar a efetividade de atuação do Banco e subsidiar o planejamento de ações futuras.

21. Com relação aos Arranjos Produtivos Locais (APL), o valor programado era de R\$ 25 milhões, enquanto a aplicação foi de R\$ 29,2 milhões. Ainda que o percentual esteja acima do estipulado, **nota-se que também não há informações sobre segmentos beneficiados e porte dos mutuários, o que impede uma análise sobre a efetividade do Fundo e planejamento de ações adicionais.**

3.4 - Programas de financiamento

22. O FNE conta com 12 programas de financiamento, como mostra a tabela abaixo. O FNE rural e o programa de financiamento à agricultura irrigada tiveram percentuais de contratação de 71% e 77%, respectivamente. O PRONAF contratou 53% do previsto e o programa de apoio à inovação, 46%. **Esses dados mostram que o fundo cumpre a premissa de fomentar a atividade rural, principalmente no Semiárido.**

Tabela 1 - Programas de Financiamento do FNE – 1º semestre 2016 - Nordeste

Programa de Financiamento	Quant. de operações	Valor contratado	Valor programado	%
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	3.775	1.794.256	2.523.900	71,1
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	118	186.071	239.700	77,6
PRONAF	253.328	1.272.824	2.397.000	53,1
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	37	67.332	338.400	19,9
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	8	97.858	211.500	46,3
FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	19	14.449	28.200	51,2
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	28	33.321	211.500	15,8
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	11.581	924.197	2.453.400	37,7
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	283	229.248	2.256.000	10,2
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	27	223.214	535.800	41,7
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	-	-	592.200	0,0
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	1.698	515.965	2.312.400	22,3
Total	270.902	5.358.735	14.100.000	38,0

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016

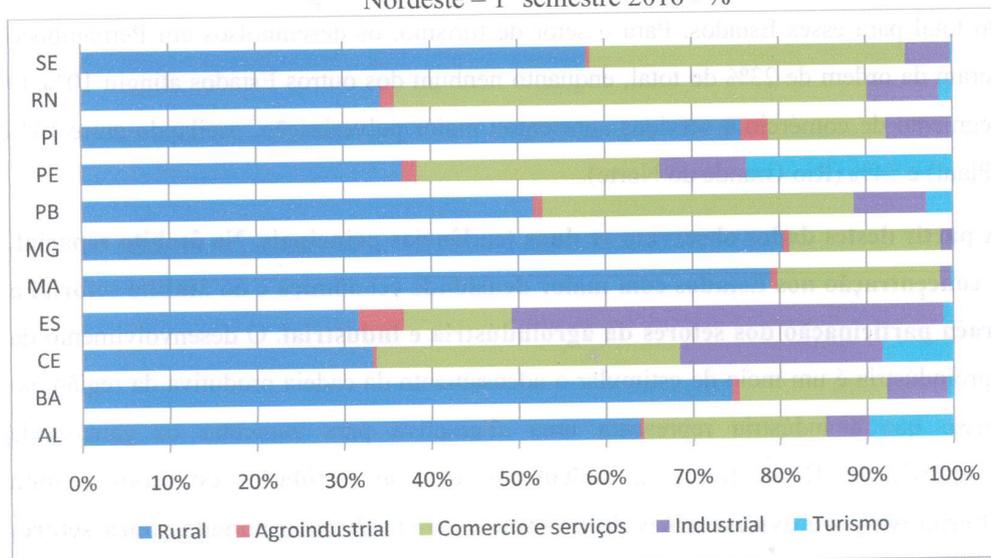
23. Por outro lado, nota-se que os segmentos com menor percentual de contratação são a indústria e a agroindústria, com 10% e 16%, respectivamente. Em seguida vêm os segmentos ligados à sustentabilidade ambiental, com 20% do valor programado. Esses resultados são reflexos da própria fragilidade da estrutura industrial da região, bem como do baixo nível de diversificação da cadeia agroindustrial.

24. O setor de comércio e serviços também apresentou baixo índice de contratação, com apenas 22% do programado. **Tendo em vista que essas atividades compõem a maior parte da estrutura produtiva da região, depreende-se que há uma forte demanda latente para a contratação de recursos nesses setores.**
25. **Ou seja, do ponto de vista de potencialidades de aplicação, os setores da agroindústria, indústria e comércio e serviços devem ser estimulados. Os dois primeiros no intuito de fomentar a diversificação produtiva e os últimos para garantir o crescimento da expressiva base existente. Entretanto, esse direcionamento deve ser feito sem perder de vista os objetivos iniciais de apoiar atividades rurais e dentro do limite máximo para os setores de comércio e serviços.**

3.5 - Setores Assistidos

26. O impacto setorial deve ser complementado com os dados referentes aos setores produtivos. Nesse sentido, apresentamos os desembolsos por Estado e por setor. A análise é feita de duas formas: primeiro a participação de cada Estado no total desembolsado para o setor, o que possibilita averiguar a distribuição espacial dos desembolsos; em seguida, analisamos os desembolsos dos setores em cada Estado, assim podemos avaliar a estrutura de financiamento setorial para cada Estado.

Gráfico 3 – Distribuição das contratações por setor e por Estado – Nordeste – 1º semestre 2016 - %



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016

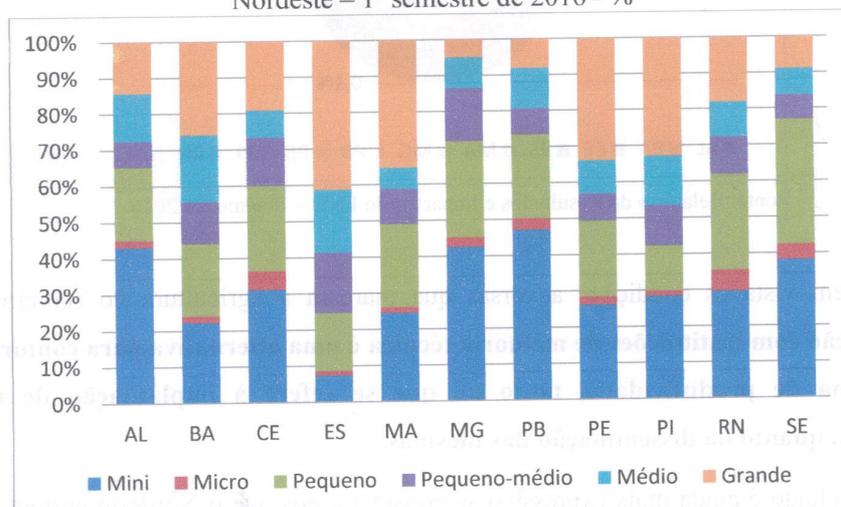


27. Para analisar a concentração dos desembolsos, avaliamos quais os Estados com maior participação do total desembolsado por setor. Comércio e Serviços são os menos concentrados, com 3 Estados (BA, CE e PE) respondendo por 51% dos recursos. Para o setor rural, Bahia, Maranhão e Piauí somaram 63%, percentual análogo aos 64% da indústria, divididos entre Bahia, Ceará e Espírito Santo. Para a agroindústria, 60% estão divididos entre Piauí, Bahia e Pernambuco. Por fim, o setor de turismo teve a maior concentração, com Pernambuco, Ceará e Alagoas totalizando 88% dos desembolsos.
28. Dos 5 setores existentes, a Bahia figura entre os principais tomadores de crédito em 4 deles, exceto turismo, enquanto Pernambuco e Ceará figuram em 3 dos 5 setores. Ainda que essa concentração seja uma decorrência da maior complexidade econômica destes Estados, **é importante criar mecanismos que atenuem o processo de concentração produtiva, principalmente a partir de articulação com agentes locais para a expansão do crédito direcionado de acordo com as especificidades estaduais.**
29. Analisando setorialmente, avaliamos a participação de cada setor no total desembolsado para cada Estado. Os empréstimos rurais representam mais de 50% de todos os empréstimos, excetuando-se Ceará (33%), Espírito Santo (31%), Pernambuco (36%) e Rio Grande do Norte (34%). Para o setor agroindustrial, apenas o Espírito Santo tem desembolsos acima de 5% do valor total destinado ao Estado. O setor industrial tem maior representatividade nos desembolsos do Ceará e Espírito Santo, com 23% e 49% do total para esses Estados. Para o setor de turismo, os desembolsos em Pernambuco foram da ordem de 23% do total, enquanto nenhum dos outros Estados atingiu 10%. O segmento de comércio e serviços apresentou maior pulverização, oscilando entre 13% (Piauí) e 54% (Rio Grande do Norte).
30. **A partir destes dados observam-se duas tendências principais. No âmbito espacial, a concentração nos Estados com maior densidade econômica e no âmbito setorial a fraca participação dos setores da agroindústria e industrial.** O desenvolvimento da agroindústria é um meio de estimular o adensamento da cadeia produtiva da região, ao passo que a indústria representa uma alternativa para aumentar os ganhos de produtividade. Dessa forma, **a articulação com as entidades estaduais é uma alternativa para avaliar ações de promoção do crédito direcionadas para setores estratégicos em cada Estado.**

3.6 - Porte do Mutuário

31. O BNB separa os empréstimos em seis faixas de porte: mini; micro; pequeno, pequeno-médio; médio e grande. Mais uma vez a análise se subdivide em dois aspectos: a participação de cada porte nos desembolsos totais; e a representatividade de cada porte nos Estados. Em primeiro lugar, destaca-se que os mini, micro e pequenos produtores captam 52% dos recursos desembolsados no período. As grandes empresas captam 25% enquanto o resto se subdivide em médias e pequenas-médias.

Gráfico 4 – Distribuição dos desembolsos por porte e por Estado – Nordeste – 1º semestre de 2016 - %



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016

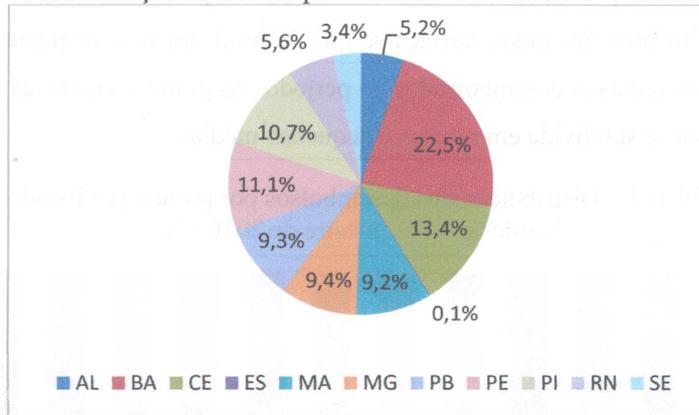
32. Analisando a participação dos Estados por porte, a Bahia figura entre os três principais tomadores em todas as faixas analisadas. O Ceará figura entre os principais nas faixas até pequeno-médio porte. O destaque para o 1º semestre foi o Maranhão, que tem forte participação nas faixas de mini, pequeno, pequeno-médio e grande porte. Pernambuco, por sua vez, destaca-se nas faixas de micro, médio e grande porte.
33. Excetuando-se as firmas de mini porte, Ceará, Pernambuco e Bahia respondem por mais de 50% do recurso destinado a cada uma das faixas de porte, o que corrobora a tendência de concentração dos recursos em poucos Estados.

3.7 - Pronaf

34. Os desembolsos com o Pronaf tiveram crescimento de 8,5%, totalizando pouco mais de R\$ 1,2 bilhão no primeiro semestre de 2016, o que representa 22,6% do total desembolsado pelo banco neste período.

35. Mais uma vez observa-se a concentração nos 3 maiores Estados da região, mas a em menor escala. A maior parte dos recursos se subdivide em Plano Safra Semiárido e grupo B do Pronaf, que atende famílias com renda bruta familiar até R\$ 20 mil.

Gráfico 5 – Distribuição do Pronaf por Estado – Nordeste – 1º semestre 2016 - %



Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016

36. Tendo em vista as condições adversas que marcam a agricultura no semiárido, a **associação com instituições de melhoria técnica é uma alternativa para contornar o problema de produtividade, tanto no que se refere à implantação de novas técnicas, quanto na disseminação das mesmas.**
37. Esse resultado é ainda mais expressivo se considerarmos que o Nordeste enfrenta uma seca que já dura 6 anos.

3.8 - Faixas de valores e ticket médio

38. Com relação às contratações por faixa de valor, o setor rural tem 93% das operações contratadas até R\$ 10 mil reais, o que corresponde a 28% do valor desembolsado para o segmento. A mesma tendência é observada no setor agroindustrial, com 96% das contratações na faixa até R\$ 10 mil, mas com representatividade de 13% do valor desembolsado para o setor.
39. Para os segmentos da indústria, turismo e comércio e serviços, aproximadamente 80% das contratações estão na faixa de R\$ 10 mil até R\$ 200 mil, correspondendo a 16%, 6% e 48% do valor contratado para esses setores, respectivamente. O ticket médio, por sua vez, teve queda em 7 dos 11 Estados contemplados. **Tendo em vista o aumento das contratações, isso representa uma desconcentração de recursos.**



3.9 - Alianças institucionais

40. As alianças institucionais se subdividem em dois eixos principais: repasse de recursos para outras instituições financeiras e articulação com atores locais.
41. No âmbito dos repasses, foram destinados pouco mais de R\$ 10 milhões para o Banco do Estado de Sergipe (R\$ 671 mil) e para a Agência de Fomento do Estado da Bahia (R\$ 9,97 milhões), com forte contratação no setor de comércio e serviços na Bahia.
42. No âmbito das parcerias institucionais, o BNB lista as seguintes ações:
- a) acordo de Cooperação com as Federações das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDLs) e Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), para oferecer linhas de crédito para operacionalização do Cartão Empresarial Capital de Giro e Cartão BNB;
 - b) acordo de Cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para ampliar o acesso ao crédito, realizar capacitação e consultoria gerencial às empresas relacionadas a energias renováveis e eficiência energética;
 - c) ação conjunta realizada com o Sebrae e a CDL para divulgação e Cadastramento de Fornecedores do Cartão BNB;
 - d) realização de Reunião de Lançamento do Cartão BNB, contando com a participação de representantes do governo municipal, estadual, CDL, Federação das Indústrias, SEBRAE, Imprensa Local, entre outros;
 - e) realização de Reunião de Lançamento do "FNE Sol", contando com a participação de representantes do governo municipal, estadual, CDL, Federações das Indústrias, SEBRAE, Imprensa Local, entre outros;
 - f) realização de eventos denominados FNE Itinerantes;
 - g) realização de Agências Itinerantes com o objetivo de prestar atendimento e prospectar negócios (inclusive FNE) aos agentes produtivos locais em seus próprios municípios, sem a necessidade de deslocar-se até às agências;
 - h) realização de Reunião de Trabalho com o Governo do Estado e as Secretarias Estaduais para discutir estratégias de atuação conjunta para atração de investimentos;
 - i) divulgação nos eventos das FCDLs, Federações das Indústrias, de Agricultura, CDLs, Secretarias de Governo, Agências de fomento dos Estados, além da participação em feiras e demais eventos para divulgação das linhas de financiamento do BNB;

R



j) articulação e divulgação junto à imprensa local para divulgação do FNE

43. Observa-se que o montante repassado para outras instituições é muito pequeno perto do valor total desembolsado no primeiro semestre, **de modo que a descentralização de recursos pode representar uma maior capilaridade de atuação do fundo, além do fortalecimento de agentes locais.**
44. Com relação às parcerias institucionais, elas são um meio de fomentar o desenvolvimento regional a partir da articulação dos diferentes atores locais e suas respectivas capacitações. Nesse sentido, **a criação de um comitê técnico no âmbito do CONDEL representa uma alternativa institucional para estimular e centralizar essas discussões no sentido de aumentar sua eficácia e eficiência.**

3.10 - Impactos para o desenvolvimento regional

45. O Banco apresentou 2 metodologias de avaliação dos impactos do FNE. A primeira analisa a evolução do PIB *per capita* e sobre os postos de trabalho entre 2000 e 2010. O estudo³ mostra que municípios com menores taxas de crescimento do PIB *per capita* possuem maior efeito se comparados com municípios de maior crescimento. Embora, a estimativa do efeito do FNE no PIB *per capita* seja maior para municípios do semiárido, os autores afirmam que não se pode concluir definitivamente que há maior efeito para o semiárido, em razão do intervalo de confiança.
46. A segunda metodologia utilizada foi a da Matriz de Insumo Produto, que mensura impactos no Valor Bruto da Produção (VBP), nos empregos, nos salários e nos tributos. A tabela abaixo sintetiza os resultados obtidos, destacando os efeitos diretos sobre a economia nordestina e os transbordamentos para a economia nacional.

Tab. 2 - Repercussões das contratações do FNE – Nordeste e Brasil – 1º semestre 2016

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Comércio	Serviços	Total
Valor Contratado	1.711,0	1.547,6	65,9	500,9	949,6	583,7	5.358,7
Resultados por Setor - Área de Atuação do BNB							
Valor Bruto da Produção	3.573,9	3.079,6	91,6	1.110,7	1.975,2	1.151,1	10.982,0
Valor Agregado/ Renda	2.292,4	1.949,0	38,6	505,9	1.244,8	635,7	6.666,4
Empregos	109.364	148.239	2.315	19.982	65.155	27.183	372.237
Salários	463,9	635,1	13,1	156,5	435,7	214,0	1.918,3
Tributos	223,3	234,9	8,9	130,0	95,1	75,1	767,3
Resultados por Setor - Brasil exceto área de atuação do BNB							
Valor Bruto da Produção	3.287	3.009	90	1.046	1.788	1.073	10.293
Valor Agregado/ Renda	1.519	1.384	41	487	840	501	4.772
Empregos	30.709	29.284	913	9.615	17.037	9.926	97.483
Salários	525	476	14	168	293	174	1.652
Tributos	327	301	9	102	178	107	1.024

Fonte: Relatório de Resultados e Impactos do FNE – 1º semestre 2016

³ <http://perna.in/27> - ultimo acesso em 20/10/2016



47. Analisando os impactos no Nordeste, o VBP aumentou R\$ 11 bilhões, sendo 60% desse valor no setor rural, 28% para comércio e serviços. O valor agregado à região foi da ordem de R\$ 6 bilhões, sendo 63% somente no setor rural. No que se refere ao emprego, foram geradas 372 mil novas ocupações, com quase 70% no setor rural. O acréscimo dos salários foi na ordem de R\$ 1,9 bilhão, sendo 57% no campo, ao passo que a geração de tributos foi da ordem de R\$ 767 milhões.
48. É importante ressaltar que os impactos do FNE não se restringem à área de atuação do BNB. A compra de insumos e bens de capital de outras regiões do país faz com que os efeitos do financiamento transbordem. Observa-se um acréscimo de R\$ 10,2 bilhões no VBP do resto do país, e R\$ 4,7 bilhões no valor agregado. Isso representa a geração de 97 mil empregos diretos, salários na ordem de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1 bilhão em tributos.
49. Apesar do Fundo atuar apenas na região Nordeste, 57% dos impostos e 46% da renda adicional de salários vão para outras regiões do país, o que reforça os efeitos de transbordamento do fundo.
50. Um último aspecto a ser abordado nos impactos do fundo se refere ao valor para geração de um emprego. Para o FNE, a contratação de R\$11 mil gera um emprego. Setorialmente, esse valor oscila entre R\$ 10 mil (rural) e R\$ 17,9 mil (indústria).
51. Esses dados corroboram que o Fundo tem forte impacto sobre a geração de renda tanto da região Nordeste, como do Brasil como um todo.

4 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

52. Ao analisarmos os resultados das aplicações do FNE no primeiro semestre de 2016, observa-se que o Banco conseguiu, de maneira geral, cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação do Fundo.
53. Ainda que o 1º semestre do ano tenha apresentado retração do sistema financeiro, inclusive do BNDES, o BNB foi capaz de expandir a contratação do FNE. Dos pouco mais de R\$ 5,3 bilhões alocados, 61% foi para investimento e custeio rural, o que responde por 95% das operações contratadas, atendendo a diretriz fundamental do FNE.
54. Dentre os desafios para a melhoria da eficácia do Fundo, destaca-se a **necessidade de ampliação dos desembolsos para os segmentos agroindustrial e industrial**, com o objetivo de adensar a cadeia produtiva regional e aumentar sua produtividade.



55. Com relação aos desembolsos setoriais, **não foram apresentados dados desagregados dos setores agrícola e industrial**. Essas informações são fundamentais para compreender a abrangência do fundo em perspectiva desagregada, possibilitando a avaliação de impacto frente às prioridades setoriais de cada Estado. **Assim seria possível identificar os setores que têm maior acesso ao crédito e desenhar políticas direcionadas.**
56. No que tange às prioridades espaciais, **o relatório apresenta poucas informações sobre os desembolsos realizados para as RIDEs e para os APLs**, inviabilizando uma análise sobre a efetividade da atuação do Banco nessas regiões.
57. Com relação aos empréstimos para o Semiárido, **não foram identificadas ações sistemáticas de assistência técnica para a produção**. A articulação com entidades regionais é uma alternativa para contornar a baixa produtividade da região.
58. **A articulação com as Agências Estaduais de Desenvolvimento é uma alternativa para descentralizar o crédito e aumentar a capilaridade de atuação do Banco.**
59. Ainda no âmbito das parcerias institucionais, **o maior contato com os governos estaduais possibilitaria a identificação de segmentos estratégicos, com promoção de crédito direcionado de acordo com as especificidades de cada Estado.**
60. Entretanto, é importante ponderar que a atuação do Banco está restrita à concessão de financiamento, não podendo atuar diretamente na promoção da atividade econômica. **As estratégias de desenvolvimento envolvem, necessariamente, a articulação dos Estados no sentido de estimular o setor privado e fomentar segmentos de acordo com as particularidades de cada região**. Para tanto, é necessário um espaço de discussão para acompanhar e monitorar as ações do Fundo, desde o momento da programação até a posterior avaliação dos resultados.
61. Nesse sentido, tendo em vista as atribuições da Sudene, **sugerimos a criação de um comitê técnico de acompanhamento do FNE no âmbito do CONDEL**, o que possibilitaria maior diálogo e integração entre os atores locais no sentido de aumentar a eficácia e eficiência do Fundo na promoção do desenvolvimento do Nordeste. Esta possibilidade está prevista no inciso VI do artigo 6 do regimento interno do CONDEL.
62. Encaminhamos para considerações da Coordenação e da Coordenação-Geral e, em caso de aprovação, encaminhamentos à Diretoria Colegiada para apreciação.



ANEXO I

Proposição para o Comitê de acompanhamento do FNE

Objetivo: Monitorar, avaliar e propor melhorias no FNE.

Participantes: instituições da área de atuação da Sudene interessadas na articulação com o objetivo de expandir e aperfeiçoar os financiamentos do FNE.

Periodicidade: A princípio, serão realizadas reuniões seguindo o cronograma do FNE:

- a – Definição das diretrizes e prioridades do FNE no âmbito da Sudene
- b – Definição da programação do FNE
- c – Avaliação do relatório de resultados e impactos do FNE para o 1º semestre do ano
- d – Avaliação do relatório anual de resultados e impactos do FNE

Fica facultada a possibilidade de reuniões extraordinárias a cargo dos participantes do Comitê.

Funcionamento: Reuniões com o objetivo de construir propostas para o FNE.

- 1º momento: liberação das informações pelo BNB e divulgação para os participantes;
- 2º momento: participantes enviam as propostas para a Sudene;
- 3º momento: Sudene compila as informações e divulga para todos os participantes;
- 4º momento: reunião na Sudene para discussão e formalização de um documento de propostas a ser encaminhado ao BNB.

De acordo com as deliberações do Comitê, abre-se a possibilidade de criação de comissões temáticas para assuntos específicos.